Revista da Câmara Municipal de São Paulo

apartes

NÚMERO 11 - NOV-DEZ/2014

Distribuição gratuita

Quando o samba era diferente

Carnaval antigo de São Paulo era marcado pelos cordões populares, que saíam pelos bairros e duraram até os anos 1970. Iniciativas da CMSP e dos sambistas querem preservar a memória desse tempo

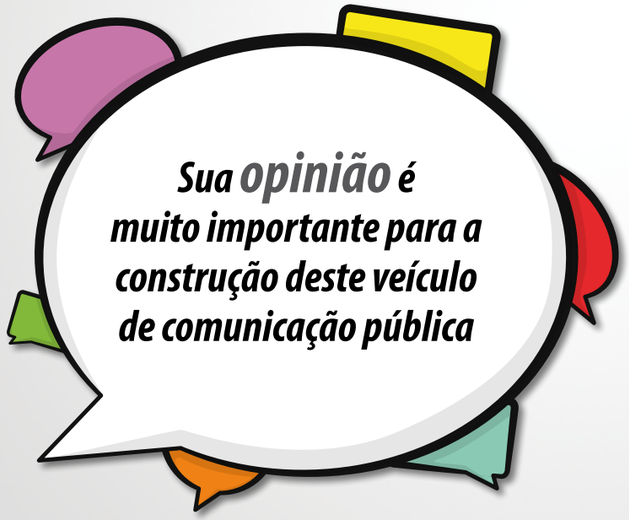
O bloco Camponeses do Egito (1920) fazia parte do cordão Barra Funda

Mais espaço para ciclistas

Propostas incentivam uso de bicicletas na capital

Caminho do projeto

Conheça o passo a passo para uma ideia se tornar lei



Entre em contato:
apartes@camara.sp.gov.br

Siga:
@RevistaApartes

Curta:
/RevistaApartes

Visite:
www.camara.sp.gov.br

apartes

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

Mesa Diretora

Presidente: José Américo (PT)
1ª Vice-Presidenta: Marta Costa (PSD)
2º Vice-Presidente: George Hato (PMDB)
1º Secretário: Claudinho de Souza (PSDB)
2º Secretário: Conte Lopes (PTB)
1º Suplente: Gilson Barreto (PSDB)
2º Suplente: Dalton Silvano (PV)
Corregedora: Sandra Tadeu (Democratas)

Vereadores da 16ª Legislatura (2013-2016)

Abou Anni (PV) - suplente em exercício, Adilson Amadeu (PTB), Alfredinho (PT), Andrea Matarazzo (PSDB), Antonio Carlos Rodrigues (PR), Ari Friedenbach (PROS), Arselino Tatto (PT), Atílio Francisco (PRB), Aurélio Miguel (PR), Aurélio Nomura (PSDB), Celso Jatene (PTB) - licenciado, Claudinho de Souza (PSDB), Conte Lopes (PTB), Coronel Telhada (PSDB), Dalton Silvano (PV), David Soares (PSD), Donato (PT), Edir Sales (PSD), Eduardo Tuma (PSDB), Eliseu Gabriel (PSB), Floriano Pesaro (PSDB), George Hato (PMDB), Gilson Barreto (PSDB), Goulart (PSD), Jair Tatto (PT), Jean Madeira (PRB), José Américo (PT), José Police Neto (PSD), Juliana Cardoso (PT), Laércio Benko (PHS), Marco Aurélio Cunha (PSD), Mario Covas Neto (PSDB), Marquito (PTB) - suplente em exercício, Marta Costa (PSD), Milton Leite (Democratas), Nabil Bonduki (PT), Natalini (PV), Nelo Rodolfo (PMDB), Netinho de Paula (PCdoB), Noemi Nonato (PROS), Ota (PROS), Patrícia Bezerra (PSDB), Paulo Fiorilo (PT), Paulo Frange (PTB), Pr. Edemilson Chaves (PP), Reis (PT), Ricardo Nunes (PMDB), Ricardo Teixeira (PV) - licenciado, Ricardo Young (PPS), Roberto Tripoli (PV), Rubens Calvo (PMDB), Sandra Tadeu (Democratas), Senival Moura (PT), Souza Santos (PSD), Toninho Paiva (PR), Toninho Vespoli (PSOL), Vavá (PT)

Expediente

Editor executivo: José Carlos Teixeira de Camargo Filho
Elaboração: CCI.3 - Equipe de Comunicação da CMSP
Supervisora: Maria Isabel Lopes Correa
Editor: Sândor Vasconcelos
Editora assistente: Gisele Machado
Repórteres: Fausto Salvadori Filho, Rodrigo Garcia
Apoio jornalístico: Assessoria de Imprensa da Presidência, Diretoria de Comunicação Externa
Fotografia: Ângelo Dantas, Fábio Lazzari, Gute Garbelotto, Mozart Gomes, Reinaldo Stávale, Ricardo Rocha, Marcelo Ximenez
Editoração e arte: Elton Jhones Pereira e Rogério Alves
Estagiários: Alyne Scarpioni, Bruno Garutti, Fernando Ferrari, Hugo Ramallo, Raphaela de Oliveira
Equipe executiva e de expedição: Leandro Uliam, Leonardo Pedrazzoli, Lívia Tamashiro
Unidades de apoio: Procuradoria, Secretaria Geral Parlamentar - SGP
Secretaria de Documentação - SGP.3,
Secretaria de Recursos Humanos - SGA.1
CTP, impressão e acabamento: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo
Capa: Acervo Uesp (foto principal) e Gute Garbelotto (foto menor)

Revista Apartes – Palácio Anchieta
Viaduto Jacareí, 100 - Anexo, 2º andar, sala 212A - Bela Vista
São Paulo - SP - CEP 01319-900
Tel.: (11) 3396-4206 - E-mail: apartes@camara.sp.gov.br
Versão digital disponível em: www.camara.sp.gov.br

Tiragem: 10.000 exemplares
Fechamento desta edição: 2/12/2014

Solicite o recebimento da revista **Apartes** em sua casa, gratuitamente, preenchendo cadastro no portal **www.camara.sp.gov.br**.

PALAVRA DO PRESIDENTE

Vereador José Américo
Presidente da CMSP

Após dois anos, chego ao fim do meu ciclo como presidente da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP). Na verdade, estou prestes a iniciar uma nova etapa de minha trajetória política, já que fui eleito deputado estadual e, a partir de março, assumo minha cadeira na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp).

Entre os muitos trabalhos dos quais estive à frente e consegui desenvolver, juntamente com os outros vereadores da Mesa Diretora, tenho imenso orgulho das conquistas da área de comunicação desta Casa. Contando com uma equipe de extrema competência, tornamos o portal ainda mais efetivo e dinâmico, com notícias e ferramentas importantes para o desenvolvimento da cidadania.

Aprimoramos a Web Rádio Câmara que, desde maio, transmite 11 horas diárias de informação, prestação de serviços e manifestações culturais e artísticas. A TV Câmara ganhou novos programas e um camarim moderno e adequado. Em relação à revista Apartes, tenho muita satisfação, ainda mais como jornalista, de ter apostado no veículo, solicitando aumento do número de exemplares e da quantidade de edições anuais. Agradeço à equipe responsável por comprar a ideia e colocá-la em prática.

Deixo o Palácio Anchieta, acima de tudo, satisfeito de poder ter trabalhado com pessoas tão dedicadas. Desde os funcionários do gabinete, passando pelos servidores dos quadros efetivo e variável da Casa e, claro, todos os vereadores, cada um teve sua importante parcela de contribuição para construir um Legislativo melhor para São Paulo.

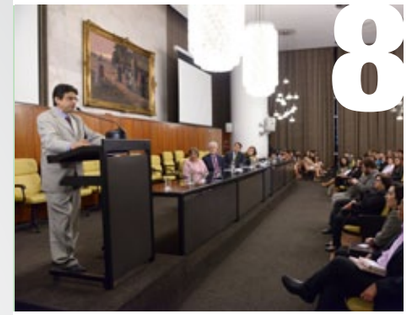
Na última edição de 2014, a revista aborda, entre outros assuntos, a implantação de ciclovias na cidade de São Paulo, incluindo os projetos e iniciativas da CMSP a respeito do assunto. Outra reportagem traz a história do samba típico da capital paulista, relembrando suas raízes, os primeiros compositores e mostrando o esforço em manter viva a memória desse ritmo musical. Para finalizar, temos uma matéria didática sobre o caminho do projeto de lei nesta Casa, desde a sua concepção até a transformação em lei.

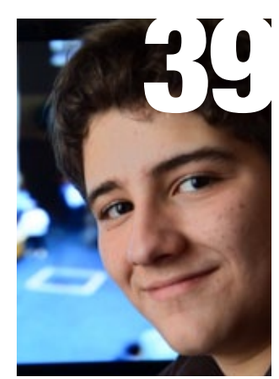
A todas as paulistanas e paulistanos, desejo um Natal e um fim de ano repletos de paz, alegria e amor. Que em 2015 novas conquistas sejam alcançadas. Desejo à nova Mesa Diretora, eleita em 15 de dezembro, toda a sorte para o desenvolvimento do trabalho que, tenho certeza, será muito qualificado.

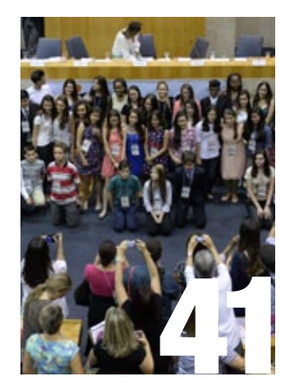
Obrigado e uma ótima leitura a todos!

Foto: Equipe de Eventos/CMSP

Solicite o recebimento da revista **Apartes** em sua casa, gratuitamente, preenchendo cadastro no portal www.camara.sp.gov.br







SUMÁRIO

3 **Palavra do Presidente**

6 **Notas**

8 **Premiação**
Exemplos de educação

10 **Mobilidade**
Pedala, São Paulo

18 **Cultura**
Saudade da garoa e do batuque

26 **Processo legislativo**
Do papel para sua vida

36 **Urbanismo**
Minhocão volta à pauta

39 **Cidadania**
Eu curto a Câmara

41 **Evento**
Estudantes são vereadores por um dia

Reportagem sobre a Usina Belo Monte foi a vencedora

Marcelo Ximenez/CMSP

Prêmio Líbero Badaró de Jornalismo é entregue na Câmara

Uma reportagem sobre a construção da Usina de Belo Monte, produzida pelos jornalistas Marcelo Leite, Dimmi Amora e Morris Kachani, do jornal *Folha de S.Paulo*, ganhou o principal destaque da 11ª edição do Prêmio Líbero Badaró de Jornalismo, premiação idealizada pela revista e pelo portal *Imprensa*. "A gente resolveu fazer na *Folha* o primeiro trabalho envolvendo todos os recursos possíveis para o webjornalismo: vídeo, foto, som e texto narrativo longo; achamos muito importante nos debruçarmos sobre Belo Monte", explicou Leite.

O jornalista Gilberto Dimenstein foi homenageado com o Prêmio de Contribuição à Imprensa. "Já ganhei o prêmio outras vezes e é sempre muito estimulante, porque representa o que você está fazendo, mas também é o conjunto da obra", declarou.

A lista dos vencedores do Prêmio Líbero Badaró de Jornalismo pode ser vista no portal *www.camara.sp.gov.br*.

Padre Giuliani torna-se cidadão paulistano

O padre italiano Luis Giuliani, que vive há 50 anos no Brasil, recebeu da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) o título de cidadão paulistano. "Ele teve uma luta muito importante pelos direitos humanos e continua militando com esse compromisso de vida", justificou o vereador Paulo Fiorilo (PT), que propôs a homenagem. "É uma honra para mim e para o povo, que é o mais importante. Se o povo não estivesse ao meu lado nessa caminhada, minha luta não existiria", declarou padre Giuliani à TV Câmara.

A cerimônia de entrega do título foi realizada na Paróquia Santos Mártires, no Jardim Sônia Regina, zona sul de São Paulo, onde o padre Giuliani, com 83 anos, continua defendendo os direitos humanos.

Nos anos 1970, ele atuou em diversos movimentos. Seu apoio às causas populares o levou a participar da defesa de presos e de perseguidos pela ditadura militar. Padre Giuliani também ajudou a fundar o Comitê Santo Dias, em homenagem ao metalúrgico e líder sindical Santo Dias da Silva, assassinado pela Polícia Militar durante uma greve em 1979.

Azul contra o câncer de próstata e o diabetes

A fachada do Palácio Anchieta, sede da CMSP, foi iluminada de azul durante novembro. O ato fez parte de uma campanha para chamar a atenção sobre a importância da prevenção contra o câncer de próstata e o diabetes. Vários prédios públicos do Brasil aderiram ao movimento Novembro Azul.

Iluminação especial do Palácio Anchieta durante novembro

Marcelo Ximenez/CMSP

Maria Esther Bueno recebe homenagem

A campeã de tênis Maria Esther Bueno recebeu, em 13 de outubro, a Medalha Anchieta e o Diploma de Gratidão de São Paulo. "Estou muito contente, porque sou de São Paulo, nasci e comecei a jogar aqui, minha família sempre morou na cidade, estou recebendo uma homenagem na minha casa", declarou.

Maria Esther venceu 19 torneios de Grand Slam, os mais importantes da modalidade. Em 20 anos de carreira, colecionou 589 títulos internacionais nos anos 1950, 1960 e 1970 e ganhou três Torneios de Wimbledon, na Inglaterra. O vereador Andrea Matarazzo (PSDB), autor da proposta de entregar a medalha à ex-tenista, destacou que todos os vereadores assinaram a homenagem. Aos 75 anos, ela não participa mais de torneios, porém treina e faz exibições do esporte.

A tenista multicampeã durante a solenidade de premiação

Ricardo Nochat/CMSP

Escola do Parlamento debate cotas para negros

O sistema de cotas do funcionalismo público do Município de São Paulo foi um dos principais temas debatidos no Seminário da Consciência Negra, realizado pela Escola do Parlamento da CMSP. Vereadores, secretários da Prefeitura e representantes de entidades falaram sobre os avanços das políticas públicas na luta contra a desigualdade racial. "A implementação desta política de cotas, que certamente não nos traz alegria, tem sido o único remédio eficaz para a redução das desigualdades", afirmou no evento o secretário municipal de Promoção da Igualdade Racial, Antonio Pinto.

Para o diretor do curso de direito da Faculdade Zumbi dos Palmares, Vander Ferreira de Andrade, a criação de cotas representa um avanço significativo. "O acesso ao trabalho, ao conhecimento e à universidade são as portas mais importantes para quebrar barreiras que a escravidão deixou no Brasil", defendeu.

Esse foi o terceiro Seminário da Consciência Negra realizado pela Escola do Parlamento. "Esse é o papel da escola. É fazer o intercâmbio com a comunidade e trazê-la para a Câmara", explicou Karina Florido Rodrigues, diretora-executiva da instituição.

Menos burocracia para emissão de licenças

A cada dez estabelecimentos na cidade de São Paulo, oito estão sem licença, já que muitos comerciantes não conseguem dar conta da burocracia necessária para obter os alvarás de funcionamento. A conclusão é da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Alvarás, da CMSP, que apresentou seu relatório final em 2 de outubro, após oito meses de trabalho. "O interesse do comerciante não é permanecer irregular, porém, ele se vê obrigado a assim permanecer, dada a complexidade e dificuldade que se enfrenta no processo de emissão de licenças na cidade", afirma o relatório da comissão, elaborado pelo vereador Ricardo Nunes (PMDB).

A CPI apontou que falta pessoal e equipamentos adequados para os agentes vistores das Subprefeituras fiscalizarem a situação dos comércios. Além de serem poucos, os agentes sofrem com a tecnologia defasada: intimações e multas têm de ser feitas manualmente e depois inseridas num sistema que leva 15 minutos para cadastrar cada multa.

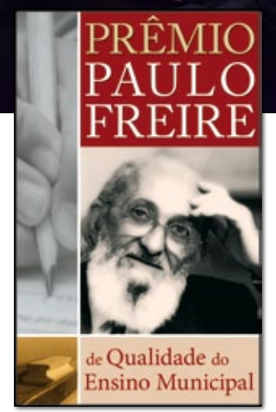
No final do relatório, disponível no portal da Câmara (*www.camara.sp.gov.br*), a CPI propõe alternativas para desburocratizar a emissão de licenças de funcionamento. Uma delas é a implantação de um sistema informatizado de processos.

VITÓRIAS Lutgards Freire, filho do homenageado, lembrou a luta do pai

Mozart Gomes/CMSP

Exemplos de educação

Prêmio Paulo Freire destaca projetos que aprimoram o ensino



Rodrigo Garcia | rodrigogarcia@camara.sp.gov.br

Três projetos educacionais relacionados à cultura foram os vencedores da edição deste ano do Prêmio Paulo Freire de Qualidade do Ensino Municipal, criado pela Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) para homenagear iniciativas voltadas ao aprimoramento da educação municipal. O projeto Abram Alas para a Cultura Popular Brasileira, do Centro de Integração de Ensino de Jovens e Adultos (Cieja) Clóvis Caitano Miquelazzo, recebeu a salva de prata de primeiro lugar.

A professora de artes Meire Regina de Lima explicou que o projeto consiste em elaborar e encenar um espetáculo teatral, criado a partir da vivência dos alunos (adolescentes e adultos, alguns da terceira idade), para mostrar a cultura popular brasileira por meio de música, dança, teatro e artes visuais.

Em segundo lugar ficou o projeto Educação Ambiental, Atividades Físicas e Leitura: Fatores de Qualidade de Vida, da Escola Municipal de Educação Infantil (Emei) Professora Olandya Peres Ribeiro. A iniciativa promove atividades como reaproveitamento de objetos usados para a fabricação de brinquedos. Entre Versos Controversos, da Escola Municipal de Ensino Fundamental (Emef) Professor Aurélio Arrobas Martins conquistou o terceiro lugar. O objetivo do projeto foi a publicação de um livro de poemas escritos pelos alunos.

AVANÇOS

O vereador Jean Madeira (PRB), representante da Comissão de Educação, Cultura e Esportes da CMSP, analisou os 70 projetos inscritos e elogiou a qualidade. Segundo ele, essas iniciativas mostram que o professor aprende com o aluno e o aluno aprende com o professor. "A educação da cidade vai avançando", afirma.

O papel dos professores também foi destacado pelo secretário municipal de Educação, Cesar Callegari. Ele afirmou que não há educação sem uma doação completa e elogiou o esforço coletivo dos participantes: "Trabalhar em projetos significa desenvolver e concretizar, numa fase muito importante da vida das pessoas, a capacidade de trabalhar em equipe e fazer com que esse trabalho não dissolva a individualidade de cada um".

Filho de Paulo Freire, o sociólogo Lutgards Freire esteve na sessão solene de entrega do prêmio e lembrou a luta do pai, preso pela ditadura militar, por uma educação melhor e comemorou os avanços. "A gente evoluiu, hoje em dia um educador ainda precisa de muito incentivo, muito reconhecimento e muito apoio, mas não vai preso porque está alfabetizando uma criança ou um adulto", afirmou Lutgards.

Os projetos vencedores da premiação farão parte de um livreto editado pela Câmara Municipal, que vai encaminhá-lo para toda a rede de ensino municipal a fim de disseminar as boas ideias que vêm sendo praticadas nas unidades escolares.

Nesta edição do prêmio, a Comissão Julgadora foi formada por membros da Secretaria Municipal de Educação, do Conselho Municipal de Educação, da Comissão de Educação, Cultura e Esportes da CMSP, do Instituto Paulo Freire e do Sindicato dos Professores em Educação no Ensino Municipal.

PREMIADA • Meire Lima recebeu a salva de prata pelo projeto de cultura brasileira

Mozart Gomes/CMSP

PROJETOS PREMIADOS

1º LUGAR
Abram Alas para a Cultura Popular Brasileira - Cieja Clóvis Caitano Miquelazzo

2º LUGAR
Educação Ambiental, Atividades Físicas e Leitura: Fatores de Qualidade de Vida
Emei Olandya Peres Ribeiro

3º LUGAR
Entre Versos Controversos
Emef Professor Aurélio Arrobas Martins

MENÇÕES HONROSAS

África: Contos, Brinquedos e Brincadeiras
Emei Júlio Alves Pereira

Blog do Maurício - Emef Maurício Goulart

Entre Rios - Emef Professor Antônio Duarte de Almeida

Terrário de Lagartas na Educação Infantil
CEI Vereador Cantídio Nogueira Sampaio

Para Além da Alfabetização: Práticas Curriculares Humanizadoras - Cieja Sapopemba

Trilhando uma Educação Pública de Qualidade para a Infância: Construindo Saberes a Partir das Vivências com Diferentes Linguagens e Potencializando as Dimensões humanas
CEI Onadyr Marcondes

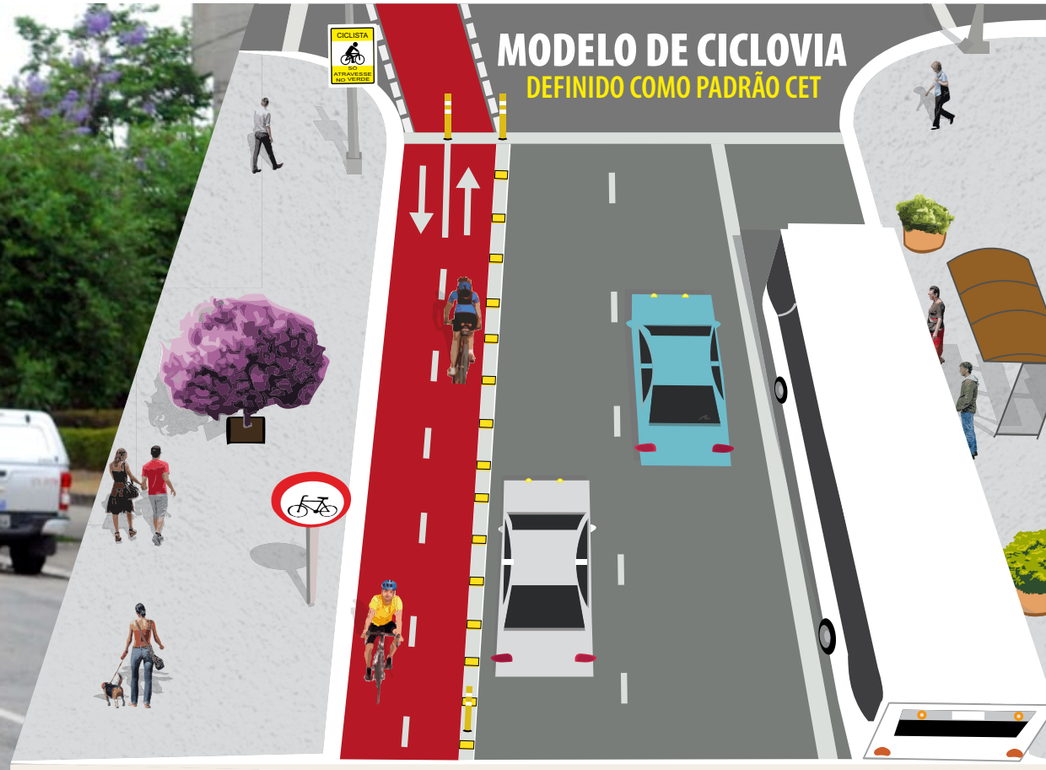
De Noel a Racionais: Música do Morro, Heranças Negras e Cultura Popular em Percurso
Emef Victor Civita

O Prêmio Paulo Freire foi criado em 1998, proposto pelo então vereador Vicente Cândido, para homenagear o patrono da educação brasileira, morto em 1997. Além de educador e filósofo, Paulo Freire também foi secretário da Educação da cidade de São Paulo. Ele defendia a tese de que o professor deveria ensinar o aluno não só a pensar, mas também a agir. "Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão", dizia Freire.

Guire Garbelotto/CMSP

TRANSFORMAÇÃO
Até o fim de 2015, Prefeitura quer implantar 400 km de ciclovias

Pedala, São Paulo



Fonte: CET

ENTENDA

Diferenças entre ciclovia, ciclofaixa e ciclorrota

CICLOVIA
Pista exclusiva para bicicletas, com separação física

CICLOFAIXA
Uma das faixas da via é separada para ciclistas

CICLORROTA
Carro e bicicleta dividem a rua; sinalização dá preferência aos ciclistas

Câmara e Prefeitura preparam uma cidade mais adequada aos ciclistas

Rodrigo Garcia | rodrigogarcia@camara.sp.gov.br

Elas surgiram no centro, vermelhas e estreitas, espalham-se pelos bairros, estão cruzando os rios Tietê e Pinheiros e em breve devem chegar à Avenida Paulista e às periferias mais distantes. As ciclovias já fazem parte do cotidiano de São Paulo, e cada vez mais paulistanos estão utilizando as bicicletas para se locomover, e não apenas como lazer. "É um questão de saúde e de economia, poupo o dinheiro do metrô e da academia", afirma Rodrigo Vicentim, que pedala 6 quilômetros por dia de sua casa, na Liberdade, até o Hospital das Clínicas, onde trabalha como analista de informática.

Segundo a Pesquisa Mobilidade Urbana, feita pelo Ibope, o número de paulistanos que usam a bicicleta todos os dias como meio de transporte cresceu 50% neste ano, em comparação a 2013, quando calculou-se que cerca de 174 mil moradores da cidade usavam a bike diariamente; em 2014, o número passou para, aproximadamente, 261 mil.

A tendência é que o número de ciclistas aumente, pois o de ciclovias não para de crescer. Com o Projeto SP400, lançado em agosto, a Prefeitura paulistana pretende que a cidade tenha 400 quilômetros de ciclovias até o final de 2015. No fim de novembro, São Paulo já tinha 183 quilômetros de vias para bicicletas. "Estamos criando uma rede cicloviária para democratizar o espaço público", afirma o secretário municipal de Transportes, Jilmar Tatto.

PROPOSTAS

Para facilitar e incentivar o uso da bicicleta como meio de transporte, a Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) tem debatido a questão e realizado audiências públicas.

Guite Gattelutto/CMSP

ROTINA • **Diariamente, Rodrigo Vicentim pedala 6 km de casa para o trabalho**

O novo Plano Diretor Estratégico (PDE), aprovado pelos vereadores em junho e que dá as diretrizes para o planejamento da cidade nos próximos anos, trata do assunto em vários trechos. Por exemplo, logo no segundo capítulo consta que "a Política de Desenvolvimento Urbano e o PDE se orientam pela prioridade no sistema viário para o transporte coletivo e modos não motorizados".

No Projeto de Lei (PL) 467/2014, apresentado pelo Executivo, no qual é proposto o Orçamento municipal para 2015, o prefeito Fernando Haddad (PT) garantiu que "a mobilidade urbana segue sendo uma prioridade para a Prefeitura" e que a expansão da rede cicloviária é prioritária na alocação de recursos. Pela proposta, em discussão na Câmara, estão reservados R$ 400 milhões para a implantação de vias cicláveis, ou seja, ciclovias, ciclofaixas e ciclorrotas (veja infográfico com as definições na pág. 11).

Os recursos para a disponibilização de ciclovias serão provenientes do Fundo de Desenvolvimento Urbano (Fundurb), já que o Plano Diretor determina que pelo menos 30% do Fundurb sejam destinados à implantação dos sistemas de transporte público coletivo, cicloviário e de circulação de pedestres.

Os vereadores também têm apresentado PLs que abordam o tema. Uma das propostas, em análise, institui o Programa Vou de Bicicleta e cria o Selo Empresa Amiga do Ciclista. O PL 382/2014, apresentado pela vereadora Juliana Cardoso (PT), pretende apoiar e identificar as empresas que incentivam funcionários e clientes a usar a bike como transporte. A corporação que aderir ao programa terá direito a 10% de desconto anual no Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) se cumprir alguns requisitos, como manter um bicicletário e um vestiário para os ciclistas. "Esta proposta está dentro do esforço de melhorar a mobilidade na cidade", explica Juliana. "Tudo o que é novidade traz dificuldade de adaptação, por isso é importante incentivar as empresas."

Em julho, a Câmara já havia aprovado o PL 11/2014, que previa que os impostos estaduais e municipais pagos na compra de bicicletas fossem compensados por meio de créditos no Bilhete Único. O projeto, apresentado pelos vereadores Goulart (PSD), Natalini (PV), José Police Neto (PSD) e Ricardo Young (PPS), previa estacionamento e seguro contra roubo para esses veículos. Entretanto, o prefeito vetou a lei, alegando que o Município não tem controle sobre impostos das esferas estadual e federal, impossibilitando as estimativas sobre as despesas relacionadas à aplicação do projeto.

Police Neto, que vai para a Câmara de bicicleta, lamenta o veto. Segundo ele, não haveria problemas com a devolução dos impostos, pois é o que ocorre com os programas Nota Fiscal Paulista e Nota Fiscal Paulistana, que retornam aos consumidores parte dos tributos recolhidos pelo Estado e pelo Município. Segundo o vereador, a lei foi vetada porque "aqueles que assessoram Haddad não conseguiram explicar a ele que, com o projeto, as faixas que acabou de pintar estariam com mais bicicletas, haveria mais estabelecimentos comerciais com bicicletários e a rede de proteção aos ciclistas seria muito maior".

O parlamentar-ciclista elogia a coragem do prefeito em traçar tantas ciclovias em pouco tempo, mas critica a falta de ousadia de sua equipe em criar mais apoio para os ciclistas: "As bicicletas andam sem ciclovia, mas uma ciclovia sem bicicleta não tem sentido".

Com o objetivo de aumentar o número de pessoas que vão em duas rodas para o Palácio Anchieta, sede da CMSP, o vereador Nabil Bonduki (PT) apresentou o Projeto de Resolução (PR) 13/2014, criando

ESTACIONAMENTO
"Ciclistas não têm onde parar a bicicleta", lamenta Marco Aurélio Cunha

Equipe de Eventos/CMSP

Fontes: CET, Conatran e Euvoudebike.com

um bicicletário (local fechado, com zeladoria, e destinado ao estacionamento de bicicletas) e um vestiário com duchas para os funcionários. Para quem não trabalha na Câmara, haveria um paraciclo, dispositivo que permite apoiar e fixar a bicicleta estacionada, que poderia ser instalado na rua ou no interior do prédio.

Na justificativa da proposta, Bonduki explicou que "o transporte por bicicletas compreende uma forma de mobilidade limpa e saudável, mais justa quanto à utilização da via pública e com ganhos socioambientais inquestionáveis", já que "não emite gás carbônico (CO_2) e apresenta velocidade média de 20 km/h, muito superior à do transporte automotivo individual (14,1 km/h)". O PR está em tramitação na Casa.

Em relação aos estacionamentos para bicicletas, o vereador Marco Aurélio Cunha (PSD) apresentou o PL 527/2009, que se tornou a Lei 15.649/2012 e foi regulamentada em março de 2013. Essa legislação obriga os estacionamentos coletivos, construídos a partir da data da regulamentação, a reservar 10% de suas vagas para bikes. O vereador conta que teve a ideia de apresentar o projeto após ciclistas o terem procurado queixando-se sobre as dificuldades em guardar seus veículos, já que os estacionamentos só se preocupavam com os carros. "Eles tinham dificuldades até para ir pedalando a uma loja, porque não tinham onde deixar a bicicleta", justifica o parlamentar.

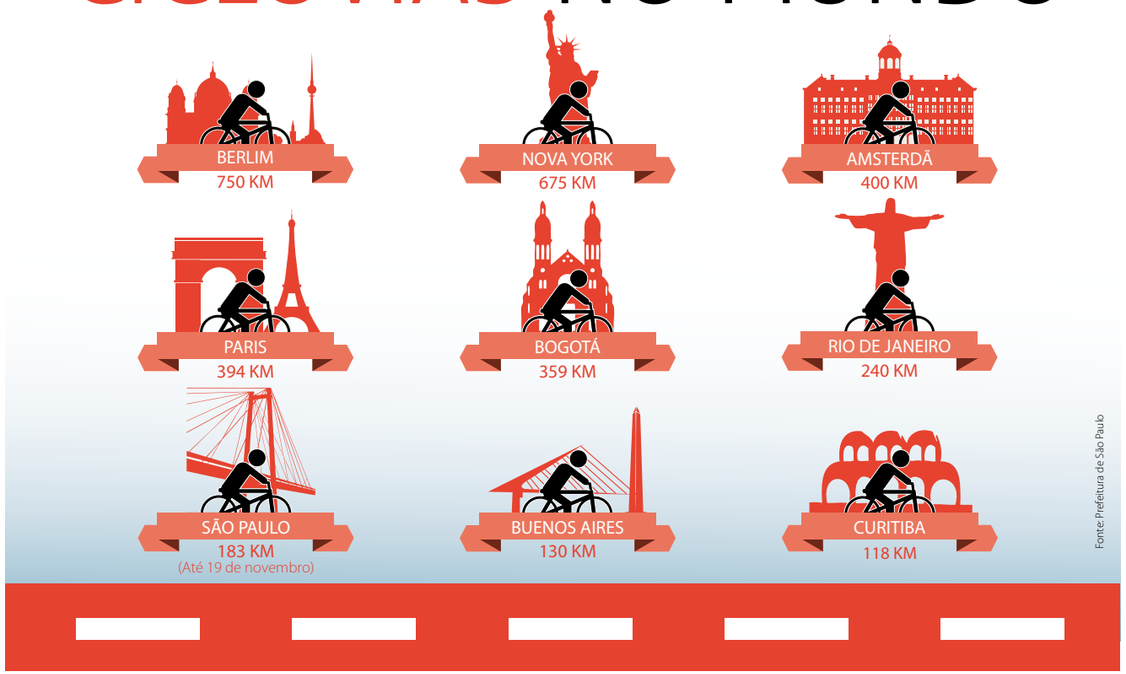
Divulgação

MULTISSERVIÇOS
Aro 27 Bike Café oferece também oficina e chuveiro aos clientes

Acervo CET

DIÁLOGO • Secretário de Transportes na ciclovia da Av. Cruzeiro do Sul; Jilmar Tatto diz que Prefeitura debate com a sociedade

CICLOVIAS NO MUNDO



Fonte: Prefeitura de São Paulo

Embora apoie os ciclistas, Cunha posiciona-se contra a forma como as ciclovias vêm sendo criadas. "Tudo que é feito muito rápido não é bem feito", critica. Ele defende que haja um estudo geográfico e socioeconômico antes de se decidir onde haverá uma ciclovia. "O Poder Executivo tem uma vocação autoritária muito grande, falta debate com a Câmara de Vereadores, que é a representante da sociedade", critica.

No começo de novembro, o Ministério Público do Estado de São Paulo instaurou um inquérito civil para apurar os critérios de planejamento da implantação das ciclovias. A ação da Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo pediu esclarecimentos à Prefeitura para determinar o impacto das vias exclusivas para bicicletas no trânsito.

GRANDE APOIO

Apesar de algumas críticas pela forma como as ciclovias estão sendo criadas, os usuários estão gostando da novidade. "Agora eu ando com segurança e tranquilidade, antes era muito desrespeitado", diz o analista Rodrigo Vicentim. "A bicicleta é um fator de união, várias classes sociais se encontram nas ciclovias", completa entusiasmado.

As vias especiais para bikes, aliás, têm a aprovação da grande maioria dos paulistanos. Segundo uma pesquisa do Instituto Datafolha realizada em setembro, 80% dos entrevistados aprovam a implantação de ciclovias e 14% são contrários. A parcela de indiferentes abrange 6%. Entre os mais jovens (de 16 a 24 anos), a aprovação atinge 93% e cai conforme avança a idade do entrevistado, chegando a 66% entre os mais velhos (a partir dos 60 anos).

O consultor de mobilidade urbana e cicloativista Daniel Guth, diretor de participação da Associação dos Ciclistas Urbanos de São Paulo (Ciclocidade), também faz elogios às ciclovias, mas ressalta que uma polí-

Longo e antigo percurso

Acervo CMSP

Em 1951, o vereador Ermano Marchetti propôs criação de faixas exclusivas para bicicletas e motos

Não é de hoje que a Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) se preocupa com os ciclistas. Em 1951, o vereador Ermano Marchetti apresentou o Projeto de Lei (PL) 511, determinando que a Prefeitura criasse "faixas de segurança reservadas para o tráfego de bicicletas e motocicletas" em diversas vias da cidade, como nas ruas Voluntários da Pátria e Vergueiro, nas avenidas Nove de Julho, Rebouças e Brigadeiro Luís Antônio, na Marginal Tietê e até nas rodovias Anchieta e Anhanguera. A proposta também afirmava que nenhuma via pública de "largura superior à normal" seria aberta sem que fosse reservado um espaço para ciclistas e motociclistas.

Por fim, o projeto ainda obrigava a Prefeitura a construir "parkings" (estacionamentos) para motos e bicicletas "localizando-os em centros de concentração de trabalhadores, nas proximidades de seus locais de trabalho".

Antes de pôr a ideia em votação, o presidente da Câmara na época, Cantídio Sampaio, preferiu enviar um ofício à Prefeitura solicitando "informações quanto à conveniência e possibilidade de execução da medida proposta". Em 1953, o prefeito Jânio Quadros respondeu com um parecer feito pelo engenheiro da Prefeitura Fabio Pereira Bueno, que era contra as ciclovias. Segundo Bueno, as ruas e avenidas citadas no projeto eram "ligações importantes onde é necessário que o tráfego se escoe com a máxima rapidez possível, motivo pelo qual se instituiu a faixa para ônibus e caminhões e se proibiu o tráfego de carroças e bicicletas".

O engenheiro também aconselhou que "aqueles que transitarem de bicicletas deverão procurar ruas secundárias, de menos trânsito, a fim de circularem com segurança, bem como não atrapalharem o tráfego de uma maneira geral".

Baseado no parecer enviado pela Prefeitura, a Comissão de Justiça da CMSP decidiu arquivar o projeto, mas sem "deixar de reconhecer seu mérito". Os vereadores membros da Comissão sugeriram que a proposta de Marchetti fosse transformada em "indicação para que o Executivo estude as possibilidades do aproveitamento da ideia, principalmente na abertura das novas avenidas e ruas".

Marcelo Ximenez/CMSP

DEBATE • Audiência pública na CMSP, em junho, discutiu incentivos para ciclistas

tica cicloviária engloba bem mais do que reservar uma faixa para as bikes. "Precisamos criar uma cultura da bicicleta, fazer campanhas que promovam o veículo, principalmente entre os mais jovens. É preciso formar ciclistas", afirma. "Precisamos de uma mobilidade ativa", completa.

Ao perceber a nova tendência, a cidade vem se preparando para receber mais ciclovias. Alguns restaurantes já oferecem desconto para quem chegar de bicicleta e estão sendo organizados passeios turísticos em duas rodas. Um dos estabelecimentos de olho no mercado, localizado próximo à Estação de Metrô Pinheiros, é o Aro 27 Bike Café, que também funciona como oficina mecânica e loja de acessórios ciclísticos, onde os ciclistas podem estacionar suas "magrelas" e tomar banho. Outro estabelecimento que oferece serviços aos usuários de bicicleta é o Dress Me Up, no Brooklin, onde podem, por exemplo, trocar de roupa.

Porém, os usuários também têm críticas às ciclovias, como a condição de alguns trechos, nos quais o piso está defeituoso. A segurança é outro ponto a se condenar: bicicletas estão sendo roubadas e jogam até tachinhas para furar os pneus. "Esses são problemas pontuais, que serão resolvidos logo", acredita Guth. "Os espaços públicos estão sendo devolvidos à cidade", comemora.

POSIÇÃO CONTRÁRIA

O taxista José Roberto Pugliese é contrário às ciclovias em São Paulo, por considerar que atrapalham o trânsito e são pouco usadas. "Diariamente, ando em meu táxi por cerca de 150 quilômetros em toda a cidade e quase não vejo ninguém nelas. De noite viram pista de cooper", afirmou. "Seria melhor ter usado o dinheiro para fazer hospitais", sugere Pugliese.

Os moradores e comerciantes do bairro de Santa Cecília, no centro, também lamentam a forma como as ciclovias estão sendo criadas. "A Prefeitura só quer saber de números, não se importa com os transtornos que estão surgindo", critica o presidente do Conselho Comunitário de Segurança (Conseg) do bairro, Fabio Fortes. Entre os problemas causados pelas faixas exclusivas para ciclistas, ele cita a diminuição de vagas para os carros estacionarem, prejudicando o comércio. "Não somos contra as ciclovias, mas contra o improviso e a falta de diálogo da Prefeitura", ressalta.

Os proprietários de restaurantes em torno da Praça Vilaboim, em Higienópolis, criticaram a ciclovia do local, alegando que atrapalhava o acesso dos clientes. Após as reclamações, a CET alterou o traçado da faixa. Segundo a companhia, tratou-se de "aperfeiçoamentos necessários".

O secretário de Transportes, Jilmar Tatto, refuta as acusações de que as ciclovias estão sendo feitas sem discussão com a sociedade. "O incentivo à rede cicloviária fez parte da campanha do prefeito Haddad e está no Plano Municipal de Mobilidade, ninguém foi pego de surpresa", esclarece. Ele também lembra que a questão é muito debatida no Conselho Municipal de Transporte e Trânsito (CMTT), no qual há representantes de vários setores, inclusive taxistas, motoristas de ônibus e ciclistas. Segundo Tatto, as Subprefeituras realizam reuniões com a comunidade para discutir os prós e os contras das vias exclusivas para bicicleta. "As ciclovias são um sucesso e vieram para ficar", garante.

SAIBA MAIS

Sites

http://www.cetsp.com.br
http://www.ciclocidade.org.br
http://vadebike.org
http://www.euvoudebike.com

OPINE E ACESSE CONTEÚDO EXTRA

E-mail: apartes@camara.sp.gov.br
/RevistaApartes @RevistaApartes

Acervo Uesp

Saudade da garoa e do batuque

Samba autenticamente paulistano desapareceu nos anos 1970; luta, agora, é pelo resgate de sua memória

Gisele Machado | gisele@camara.sp.gov.br

COMPOSIÇÃO
Rei e rainha eram o casal mais importante dos desfiles de carnaval paulistano, mas foram substituídos em importância pelo mestre-sala e porta-bandeira, ao estilo carioca

"O **nosso samba é tão diferente**, nos tipos de manifestações da gente, no andamento...", disse certa vez o sambista paulistano Geraldo Filme sobre o típico batuque da cidade onde nasceu. Até os anos 1970, o ritmo era caracterizado pela rapidez, com destaque para a batida dura e profunda do bumbo e do surdo. Faziam parte do samba de São Paulo, ainda, o toque da viola caipira, os temas locais, a sensualidade africana da dança da umbigada e o improviso nas letras.

Essas características originais foram se perdendo com o tempo, e hoje algumas iniciativas buscam resgatar a memória daquela época. Em 2013, o samba da capital paulista tornou-se patrimônio cultural imaterial da cidade, com registro no Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental (Conpresp). A iniciativa visa preservar um som que está mais na história do que em evolução.

O batuque tipicamente paulistano podia ser ouvido nos cordões, grupos populares que saíam às ruas no carnaval: "O pessoal cantava o que viesse à cabeça e chegava, mesmo, a não cantar nada. Era quando já estava todo mundo bêbado, cansado, e só sobrava o bumbo fazendo a marcação", conta o músico Osvaldinho da Cuíca no livro *Batuqueiros da Pauliceia*, escrito com André Domingues. Os ritmos mais tocados eram as rápidas marchas-sambadas e, nos anos 1930, com a popularização do rádio, os sambas caipiras paulistas, de Raul Torres, e os cariocas, de Noel Rosa.

O líder negro Dionísio Barbosa trouxe a novidade dos cordões à capital e, com isso, deu o tom do carnaval local por cinco décadas. Compositor, pandeirista e filho de ex-escravo, ele nasceu em 1891, em Itirapina (SP), e chegou ainda menino à Barra Funda, bairro paulistano dos imigrantes europeus e africanos oriundos das fazendas. Passou a adolescência no Rio de Janeiro e se encantou com o carnaval de rua. Aprendeu tudo, adicionou a batida paulista ao repertório e, em 1914, fundou o Grupo Barra Funda, que depois se tornou a escola de samba Camisa Verde e Branco. "Tocava marcha e música popular, tinha marcha nossa! Tenho orgulho de ter sido o fundador disso em São Paulo", conta Dionísio no documentário *Samba à paulista*.

Dionísio Barbosa e Geraldo Filme, assim como outros baluartes do samba paulistano, são tão fundamentais quanto esquecidos pela maioria. Em 1939, a falta de reconhecimento e as intrigas derrubaram o ânimo do camisa-verde-e-branco, que decidiu deixar o comando de seu grupo.

SILÊNCIO NO BIXIGA

Com tanto desprezo, não é de se estranhar que o samba autenticamente paulistano, nascido na Barra Funda e no Bixiga, tenha morrido simbolicamente nos anos 1970, quando os investimentos públicos estavam majoritariamente focados no modelo carioca de carnaval. Para Osvaldinho da Cuíca, o marco é 1972, quando os últimos cordões da cidade viraram escolas de samba.

Pioneira entre as carnavalescas paulistanas, a pesquisadora Maria Apparecida Urbano, a dona Cida, conta em *Samba à paulista* que os

bambas, sambistas mais antigos da cidade, tiveram pouco espaço no novo formato. Como convidada, ela assistiu a um dos eventos de inauguração do Sambódromo, em 1991, mas seus companheiros da velha guarda teriam sido ignorados. "Isso me marcou tanto, viu!", lembra. De Toniquinho Batuqueiro, autor do primeiro samba-enredo da escola Rosas de Ouro, ouviu: "dona Cida, quem sou eu? Ajudei a fazer este samba paulista, mas não tenho a oportunidade de botar meus pés lá dentro do Sambódromo. Eu não tenho dinheiro para isso".

Mozart Gomes/CMSP

COMEMORAÇÃO • Goulart é autor do projeto que inseriu o Dia do Samba na agenda oficial da cidade

"Hoje temos um samba nacional", diz a carnavalesca, sobre a unificação dos padrões regionais para exibição na TV. Os compositores paulistanos aceleraram os samba-enredos cariocas e a batida "pesada, pesadona" da Pauliceia ficou na história – que dona Cida e outros sambistas querem preservar. Desde 1990, eles lutam pela criação de um museu voltado ao samba na cidade. "Como sou comentarista do carnaval em uma rádio, todos os anos vejo o prefeito no Sambódromo e cobro. Dizem que farão. E nada", conta.

A criação do Museu do Samba no Município já foi determinada pela Lei 12.380/1997, proposta pelo ex-vereador Vital Nolasco. Até hoje a Prefeitura não implementou a legislação nem publicou como pretende fazer, apesar de o prazo para a regulamentação ter se esgotado em agosto de 1997.

Marcos Lins/SPturis

EVOLUÇÃO • Desfile das escolas de samba no Sambódromo paulistano, em 2014

Segundo a lei, o museu deverá ser instalado no Sambódromo, com objetivo de virar um ponto de referência para discussões sobre o samba, promovendo congressos, seminários, simpósios e outros tipos de encontro. Também terá de classificar e catalogar as criações musicais, com destaque à produção das escolas de samba. Deverá, ainda, produzir vídeos com a contribuição dos principais sambistas do País e manter um espaço para expor fantasias, adereços e outros materiais referentes aos desfiles de carnaval. "Imagina chegar o pessoal de fora e ver em qualquer época do ano, até subir [nos carros alegóricos], seria uma atração e tanto", sonha dona Cida.

O VELHO BATUQUEIRO

Em quase seis décadas de samba profissional, Osvaldinho da Cuíca viu muitos músicos importantes da área

Até meados do séc. 19
Paulistanos brincavam o entrudo, festa sem as regras sociais trazida pelos portugueses

Decorrer do séc. 19
Entrudos são reprimidos e dão lugar aos bailes de máscaras italianos e **desfiles de carros alegóricos**, celebrados pelos ricos. "Danças de preto" são perseguidas

Fim dos anos 1910
Surge o **samba de bumbo** de Pirapora do Bom Jesus (SP), com intercâmbio com o samba paulistano

1914
Dionísio Barbosa cria o Grupo Barra Funda, o 1º cordão carnavalesco paulistano

1930
Surge o cordão Vai-Vai, no Bixiga, hoje escola de samba

1935
Nasce a escola de samba A Primeira de São Paulo, na Vila Pompeia

1937
Na Liberdade, é fundada a Lavapés, a mais antiga escola em atividade

1949
Surge a **Nenê da Vila Matilde**, primeira a seguir o modelo carioca

1965
Trem das Onze leva o prêmio de músicas carnavalescas do IV centenário carioca

1967
Prefeito Faria Lima cria regras de carnaval parecidas com as cariocas

1968
Desfiles de escolas de samba entram para o calendário oficial da cidade

1972
Três últimos cordões viram escolas. Fim simbólico do samba autenticamente paulistano

1991
Desfiles passam a ocorrer no Sambódromo

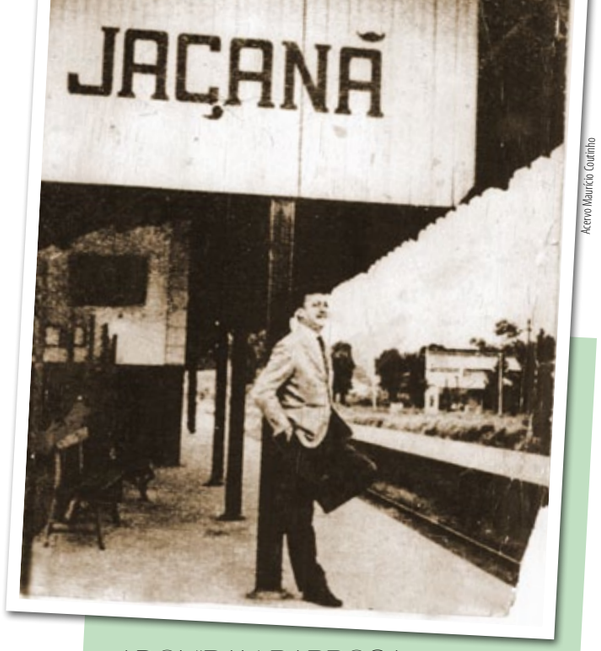
Fotos: 1 e 4 - Acervo Usp, 2 - Mário de Andrade/Acervo Usp, 3 - Olga von Simon/Acervo Usp

Colaborou: Rodrigo Garcia

Fontes: Livros Batuqueiros da Pauliceia e Convocação geral: A folia está na rua

morrerem na pobreza, como Álvaro Rosa, o Paulistinha, um dos fundadores e maiores compositores da escola Nenê de Vila Matilde. "Ele foi o primeiro mestre-sala, cantava na rádio, tinha talento e morreu numa miséria", lembra. Já idoso, Paulistinha foi morar na quadra da escola de samba, como acontece a muitos outros sambistas. "Todo sambista antigo, exceto quem tinha outra profissão, teve vida modesta", disse à **Apartes** Osvaldinho, ex-integrante do grupo Demônios da Garoa. Para ele, parte da responsabilidade é da indústria fonográfica, que dá pouco valor à "matéria-prima" do samba: os compositores.

Para dar suporte aos velhos sambistas, proteger a memória do samba e incentivar a produção e difusão do gênero na cidade, tramita na Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) o Projeto de Lei (PL) 848/2013, que pretende criar um conjunto de mecanismos denominado Estatuto do Samba Paulistano. O texto é do vereador Ari Friedenbach (PROS) e do suplente Orlando Silva (PCdoB), que no ano passado ocupava a vaga do vereador Netinho de Paula (PCdoB).



Acervo Maurício Gutierrho

ADONIRAN BARBOSA, que tornou famosa a estação Jaçanã, escreveu canções com uma consistente crítica social. Para compor *Saudosa maloca*, inspirou-se no abandonado Hotel Albion, que abrigou seus amigos sem-teto até ser demolido: "Que tristeza que eu sentia / Cada tauba que caía / Duía no coração".

EXPERIÊNCIA

No dia 6 de junho de 2014, tomou posse na CMSP a diretoria da Associação Independente Cultural da Velha Guarda do Samba do Estado de São Paulo, com mandato de dois anos. O evento foi organizado pelo vereador Claudinho de Souza (PSDB), patrono dessa diretoria.
A meta do grupo é administrar, permanentemente, um camarote exclusivo no Sambódromo para a velha guarda das escolas. "Hoje as vagas são cedidas pela Liga [Independente das Escolas de Samba de São Paulo]", diz Geraldo de Souza, primeiro-secretário da Associação e presidente da velha guarda da Barroca Zona Sul. Segundo ele, atualmente muitos dos associados acabam sem entradas para o carnaval.

Marcelo Ximenez/CMSP

Entre outros pontos, o PL menciona a criação, pelo Executivo, do Fundo Especial de Apoio e Amparo ao Sambista (FAS), para auxiliar idosos com trajetória histórica comprovada no mundo do samba paulistano. Na justificativa do projeto, os autores ressaltam a contrapartida dada pelo setor à sociedade: "O samba na cidade de São Paulo extravasou seus limites da produção cultural e artística e, hoje, é fundamental pelos relevantes serviços que presta à comunidade, sejam eles educativos, culturais, de saúde, trabalho e empreendedorismo". Segundo o documento, "o samba é, sobretudo, escola de cidadania".

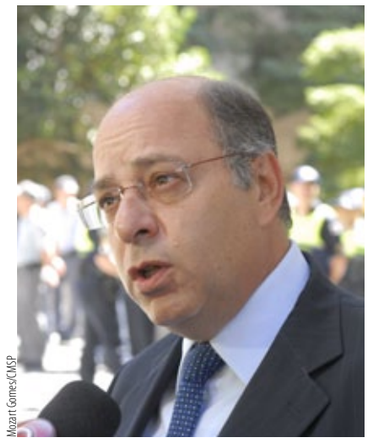
O PL ainda prevê que as escolas públicas municipais tenham uma disciplina optativa sobre samba na grade extracurricular. Os sambistas teriam participação assegurada em conselhos e órgãos de deliberação coletiva da administração pública municipal direta e indireta. Outra ferramenta prevista no projeto é o Cadastro Municipal do Samba, que agregaria informações sobre os músicos locais, suas comunidades e entidades representativas. Sua função é subsidiar a implementação de políticas públicas que fortaleçam o samba paulistano.

"Quando o governo cria programas e normas e leis específicas, reconhece o peso cultural e econômico do samba para o País", diz Kaxitu Campos, presidente da União das Escolas de Samba Paulistanas (Uesp), ouvido durante a elaboração do PL 848. Ele lembra que, até os anos 1990, o carnaval paulistano era uma produção amadora, feita pela população pobre. Os sambistas não tinham, e ainda não têm, profissão regulamentada por lei – o que Kaxitu considera injusto, já que "carnaval é atividade econômica muito grande e meio de vida para muita gente". Para o presidente da Uesp, a indústria do samba se insere no conceito de economia criativa, que gera riquezas e empregos ao combinar cultura, tradição, tecnologia, inovação e criatividade.

Guite Gatbetitro/CMSP

RIQUEZA • Para Kaxitu Campos, presidente da Uesp, samba é sinônimo de economia criativa

EDUCAÇÃO • "O samba é, sobretudo, escola de cidadania", diz o vereador Ari Friedenbach



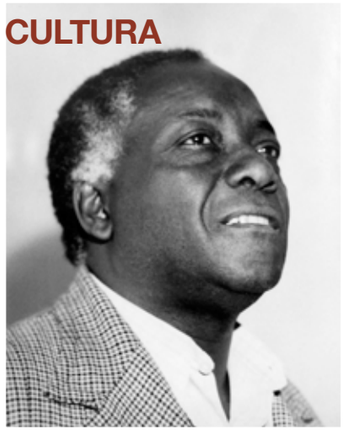
Mozart Gomes/CMSP

O conceito ganhou espaço no Plano Diretor Estratégico (PDE), aprovado pela CMSP em 2014, com objetivos a serem alcançados pela administração municipal até 2029. A ideia será testada inicialmente em um Polo de Economia Criativa nos bairros Sé e República, mas pode ser estendida a outras subprefeituras com essa vocação.

TREM DAS ONZE

O samba é celebrado no Município em 2 de dezembro (o dia nacional desse gênero musical), conforme prevê lei proposta em 1998 pelo vereador Goulart (PSD). Mas o samba paulistano também tem seu dia: 6 de julho, em homenagem ao sambista João Rubinato, um descendente de italianos mais conhecido pelo pseudônimo Adoniran Barbosa, que nasceu nessa data, em 1910, na cidade de Valinhos (SP). O dia foi criado em 2010, por iniciativa do ex-vereador Zelão.

Adoniran mudou-se para São Paulo aos 22 anos. A partir da década de 1950, criou composições que o consagraram e que, na inter-



Reprodução

MENINO PRETO

Geraldo Filme, descrito por Osvaldinho da Cuíca como "um dos maiores pensadores do samba paulista", nasceu em 1927 em São Paulo, foi batizado no ano seguinte em São João da Boa Vista (SP) e criou-se na Barra Funda, um dos berços do samba paulistano. Aos dez anos, ouviu o pai falar da superioridade do samba carioca. Chateado, pensou: "Vou fazer um samba pro velho". A composição dizia "Somos paulistas e sambamos pra cachorro / Pra ser sambista não precisa ser do morro". Foi líder dos cordões Paulistano da Glória (que se transformou em escola) e Campos Elíseos. Assina a composição *Vai no Bixiga pra ver*, que se tornou o hino da Vai-Vai. Musicou o preconceito em sambas como *Batuque de Pirapora*: "Menino preto não sai / Aqui nessa procissão / Mamãe, mulher decidida / Ao santo pediu perdão / Jogou minha asa fora / Me levou pro barracão".

No Projeto de Resolução 6/2010, a CMSP propõe criar o Troféu Geraldo Filme, a ser concedido anualmente às escolas campeãs dos grupos especial e de acesso do carnaval paulistano. O projeto é assinado pelos vereadores Dalton Silvano (PV), Goulart (PSD), Claudinho de Souza (PSDB), Milton Leite (DEM), Toninho Paiva (PR), Antonio Carlos Rodrigues (PR), Celso Jatene (PTB) e Wadih Mutran (PP) e ex-vereadores Francisco Chagas e Chico Macena.

pretação dos Demônios da Garoa, imitavam a batucada dos engraxates do centro da cidade e os sotaques caipira e italiano.

Em 1965, *Trem das onze*, de Adoniran, imortalizaria as cenas da vida paulistana em pleno Rio de Janeiro, ao ganhar o concurso de músicas carnavalescas do IV centenário carioca. Adoniran dizia que São Paulo é difícil de encaixar em samba, mas gostava tanto dessa terra que acabava dando um jeito. Aproveitava tudo o que a cidade oferecia: "gíria, ruas, bairros, muita coisa do cotidiano". "Foi por isso que fiquei conhecido", costumava justificar.

Apesar do sucesso, o compositor gravou o primeiro LP individual somente em 1973. Em sua voz rouca, os sambas perdiam o tom de galhofa dado pelos Demônios da Garoa e ganhavam ares sentimentais e críticos. Morreu aos 72 anos, em 23 de novembro de 1982. Na justificativa do projeto que originou a Lei 15.288, o ex-vereador Zelão diz que Adoniran Barbosa é "unanimidade como um dos que mais contribuíram do ponto de vista cultural e social para o reconhecimento do samba paulistano".

Poeta da vida cotidiana da cidade, no fim da vida Adoniran já não reconhecia mais a São Paulo que musicou: "Me mandaram achar São Paulo e não achei. Me mandaram achar o Bixiga e não existia mais, a não ser alguma coisinha ali pela 13 de Maio, Rua Fortaleza. O Brás é quem te viu e quem te vê. Mas já não sofro mais, estou calejado", disse o sambista em entrevista concedida em 1981 ao *Jornal da Tarde* e publicada no livro *Adoniran Barbosa: O poeta da cidade*.

LEMBRANÇA Osvaldinho da Cuíca, autoridade em samba paulistano, acredita que as características locais morreram na década de 1970

Divulgação

FONTE • Para Netinho de Paula, na periferia paulistana o samba busca suas origens e se revitaliza

Gustavo Gasbeghetto/CMSP

VIVENDO O AGORA

O músico e vereador Netinho de Paula considera que o samba paulistano tenha ficado à margem das agendas públicas apenas por algum tempo, "mas morrer, não". Para ele, o crescimento "rápido e desigual" da cidade fez o gênero migrar do centro para as áreas "além do Rio Tietê", como Casa Verde, Freguesia do Ó, Santana e Vila Maria. O cenário foi comentado pela urbanista Raquel Rolnik no documentário *Samba à paulista*: "Houve a destruição física dos cortiços, de espaços da comunidade negra, e a expulsão dos pretos pobres para o que era, naquele momento, a periferia da cidade".

Nessas regiões periféricas, no final da década de 1990 o samba teria se revitalizado e buscado suas raízes. "Os grupos resistiram e se reorganizaram e nós, que estamos no Poder Público, precisamos fortalecer o patrimônio cultural da cidade", disse Netinho à **Apartes**. Um desses grupos é o Samba da Laje, na Vila Santa Catarina, zona sul. Para incentivá-lo e homenageá-lo, o parlamentar inseriu no calendário oficial do Município, com a Lei 15.172/2010, o Samba da Laje, a ser comemorado no último domingo de cada mês.

Outra data, proposta pela ex-vereadora Claudete Alves, é o dia 15 de fevereiro, dedicado à mulher do samba paulistano (Lei 14.849/2008), para lembrar lideranças como Deolinda Madre. Conhecida como Madrinha Eunice, em 1937 ela fundou, na Rua da Glória, 961 (bairro Liberdade), a escola de samba há mais tempo ativa na capital paulista, a Lavapés.

A área de fundação da escola transformou-se no Marco Zero do Samba Paulistano, pela Lei 15.204/2010, projeto do ex-vereador Jamil Murad. A Lavapés, conta Murad, "foi a primeira em São Paulo a defender o samba como legítima manifestação cultural, num tempo em que os sambistas eram vítimas de intolerância e truculência policial, marcados pela discriminação e pelo perfil preconceituoso de arruaceiros e desocupados". Enquanto o museu desejado por dona Cida não sai do papel, essas iniciativas, mesmo isoladas, buscam não deixar no esquecimento momentos tão importantes da história da capital.

ORIGEM

A foto, de 1915, mostra o Grupo Barra Funda, primeiro cordão carnavalesco da capital. "Minha gente saia fora / Da janela venha ver / O Grupo da Barra Funda / Tá querendo aparecer", dizia a marcha-sambada dos irmãos Dionísio e Luiz Barbosa, no desfile inaugural do cordão. Para Osvaldinho da Cuíca, a "singela e eficientíssima" canção *Minha gente saia fora* tem, para São Paulo, a mesma relevância que *Ó abre alas*, de Chiquinha Gonzaga, tem para o Rio de Janeiro.

Acervo Uesp

SAIBA MAIS

Livros

Batuqueiros da Pauliceia: Enredo do samba de São Paulo. Osvaldinho da Cuíca e André Domingues. Editora Barcarolla, 2009.

Adoniran Barbosa: O poeta da cidade. Francisco Rocha. Ateliê Editorial, 2002.

Quem é quem no samba paulista. Maria Apparecida Urbano. Clube do Bem-Estar, 2014.

Um batuque memorável no samba paulistano. Carlos Antonio Moreira Gomes. Centro Cultural de São Paulo, 2010.

Teses acadêmicas

Samba Paulista, do centro cafeeiro à periferia do centro: estudo sobre o Samba de Bumbo ou Samba Rural Paulista. Marcelo Simon Manzatti. Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005. Disponível online.

Uma leitura do samba rural ao samba urbano na cidade de São Paulo. Márcio Michalczuk Marcelino. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2007. Disponível na internet.

Documentário

Samba à paulista - Fragmentos de uma história esquecida. Direção de Gustavo Mello. Produção de Varal Produções e TV Cultura, com apoio da Pró Reitoria de Cultura e Extensão da USP, 2007. Disponível online.

**O título desta reportagem é inspirado na canção* Saudade da garoa, *de Osvaldinho da Cuíca, sobre as origens e os baluartes do samba paulistano. Os intertítulos lembram outras canções:* O velho batuqueiro, *de Osvaldinho;* Silêncio no Bixiga, *de Geraldo Filme;* Trem das onze, *de Adoniran Barbosa; e* Vivendo o agora, *de Paulistinha.*

OPINE E ACESSE CONTEÚDO EXTRA

E-mail: apartes@camara.sp.gov.br

/RevistaApartes @RevistaApartes

Montagem sobre fotos de Gute Garbelotto/CMSP (terminal) e Ana Paula Hirama/Flickr (cidade de SP)

TECNOLOGIA
Equipamento usado pelos vereadores para votar projetos

Do papel para sua vida

Como é o caminho dos projetos de lei, que servem também para debater ideias e levantar bandeiras

Fausto Salvadori Filho | fausto@camara.sp.gov.br

Fazer lei não se aprende na escola. Nem mesmo nas escolas de leis, os cursos de direito. "O processo legislativo é um ilustre desconhecido. Não é disciplina em nenhuma faculdade. A academia só se preocupa com o que vem depois da lei, não antes", analisa o procurador-chefe da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP), Paulo Augusto Baccarin.

Então, os vereadores, escolhidos pela população para construir as leis da cidade de São Paulo, precisam aprender a fazer isso na prática. É uma tarefa tão complexa que pega os recém-chegados de surpresa. "A Câmara Municipal surpreende qualquer um", afirma o vereador Jean Madeira (PRB), que vive seu primeiro mandato. "A gente chega achando que é só sentar diante do computador, escrever um projeto de lei (PL), protocolar e mudar o mundo. Mas é muito mais complicado do que isso", conta.

Para fazer seu trabalho, os vereadores contam com o auxílio tanto dos funcionários dos gabinetes, escolhidos pelos próprios parlamentares, como da equipe técnica da CMSP, formada por servidores concursados. "A Câmara tem bons funcionários, que esclarecem todas as dúvidas de pronto. Quem é marinheiro de primeira viagem aprende a navegar", diz Madeira.

PONTOS DE PARTIDA

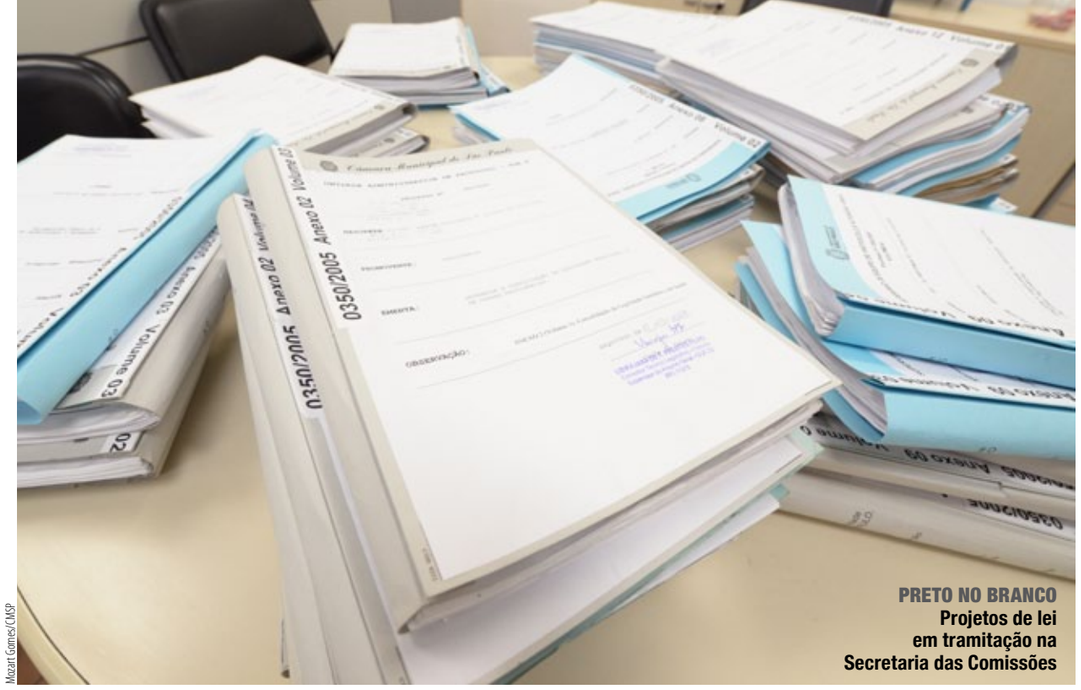
Há vários portos possíveis para começar essa viagem. A ideia de um projeto pode nascer, por exemplo, de uma experiência pessoal do legislador. Madeira conta que um de seus projetos surgiu quando brincava com a filha de

11 anos no Parque Ibirapuera e percebeu que a menina, criada em apartamento, tinha nojo de pisar na grama. “Pedi para ela ficar descalça e brincamos com bola de gude, pião, pipa, ioiô. Ficou apaixonada. Não sabia que existia esse tipo de brincadeira, porque na escola as crianças só ficam no Whatsapp. Isso é ruim, pois pai e filho perdem o contato humano”, conta. Veio daí a inspiração para o vereador apresentar o projeto que criou a Lei 16.007, de 2014, que instituiu a Semana do Brincar como Antigamente, com o objetivo de incentivar as brincadeiras tradicionais na rede municipal de ensino.

Se uma experiência pessoal às vezes resulta em um projeto, é da conversa entre vereadores e população que surge a maioria das ideias para as leis. “Temos duas salas de reunião no gabinete e passamos o dia ouvindo as pessoas para criar os projetos de lei com base nas demandas que recebemos”, afirma Madeira. Outro vereador de primeiro mandato, Toninho Vespoli (PSOL), segue a mesma estratégia: “Noventa e nove por cento dos nossos projetos nascem do diálogo com a sociedade civil”, aponta.

Além das conversas com os vereadores, a população tem outros meios para enviar sugestões de projetos à Câmara. Um deles é a Ouvidoria, via telefone, internet ou pessoalmente (veja na pág. 33), que encaminha as mensagens para as lideranças dos partidos e para um banco de dados com ideias para leis. Entidades civis, como sindicatos, órgãos de classe, associações e organizações não-governamentais (ONGs), também podem protocolar, nas comissões, requerimentos sugerindo projetos de lei. Nesses casos, é bom lembrar, trata-se de sugestões dos eleitores, que os parlamentares não têm obrigação legal de transformar em projetos.

Outra possibilidade de nascimento de uma lei é a apresentação, por qualquer pessoa ou entidade, do seu próprio PL. Neste caso, a proposta irá tramitar pela Casa igual aos projetos apresentados pelos parlamentares. O caminho é apresentar o chamado “projeto de iniciativa popular”, reunindo as assinaturas de 5% do eleitorado paulistano – que corresponde atualmente a quase 440 mil pessoas, número maior do que a população de 98% das cidades paulistas. Para facilitar a participação popular, um projeto de emenda à Lei Orgânica (PLO 9/2011), de José Américo (PT), propõe reduzir essa porcentagem para 0,5%, ou 44 mil assinaturas.



Mozart Gomes/CMSP

PRETO NO BRANCO Projetos de lei em tramitação na Secretaria das Comissões

Fotos: Erik Teixeira/Assessoria vereador Jean Madeira

PROJETO • Jean Madeira (no destaque, com a esposa Vanessa e a filha Amanda) promove a Semana do Brincar como Antigamente

QUESTÃO DE JUSTIÇA

Para escrever seu projeto, o vereador pode recorrer à equipe do gabinete ou ao Setor de Elaboração Legislativa da Casa. A secretária-geral parlamentar da CMSP, Karen Lima Vieira, responsável pelas equipes que auxiliam no processo legislativo, lembra algumas recomendações para se construir um bom projeto. “A redação tem que ser clara e direta”, diz ela. Mas a dica mais importante é outra:

"Um projeto é bom quando ouve o maior número possível de pessoas. É importante dialogar com todas as instituições e grupos que tenham relação com o assunto, pois há mais chance de fazer a lei pegar".

O projeto de lei é a forma de proposição mais conhecida, mas não a única. Além dos PLs, os vereadores também propõem projetos de emenda à Lei Orgânica, de resolução (para assuntos políticos e administrativos da Casa) e de decreto legislativo (usado para homenagens, por exemplo). Apenas os projetos de lei precisam ser aprovados pela Câmara e pelo Executivo para entrar em vigor.

Uma vez escrito, o projeto é protocolado. Aí começa para valer o processo legislativo, que lembra um game com várias fases que o projeto precisa vencer. Tudo se inicia com uma triagem do presidente da Casa, que pode barrar uma proposta exatamente igual a outra que já esteja tramitando ou tenha virado lei. Após a triagem, o projeto é lido em Plenário e publicado no *Diário Oficial* da Cidade de São Paulo. De acordo com a natureza do PL, o presidente traça o roteiro dos próximos passos, designando quais comissões de vereadores analisarão a iniciativa antes que possa ser apreciada em Plenário.

ATUAÇÃO "Projetos nascem do diálogo com a sociedade", diz Toninho Vespoli

Fábio Lazzari/CMSP

INCONSTITUCIONAL PODE?

Todos os projetos de lei começam a tramitar pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (CCJ), conforme determina o Regimento Interno da CMSP. O papel da CCJ é analisar a proposta do ponto de vista legal, identificando, por exemplo, se está de acordo com a Constituição Federal ou a Lei Orgânica do Município de São Paulo.

Na CCJ, como nas demais comissões, o procedimento é o mesmo: assim que o projeto chega, o presidente da comissão escolhe um dos vereadores para ser o relator, a quem cabe dizer se aprova ou não a proposta. O relatório é discutido com os demais componentes da comissão, e o texto aprovado pela maioria vira parecer, ou seja, torna-se o pronunciamento oficial.

Para redigir os relatórios, os vereadores contam com a assessoria técnica da Casa, formada por consultores e procuradores. No caso da Comissão de Constituição, esse apoio é realizado pela Procuradoria, que faz uma análise para subsidiar o texto do relatório a ser assinado pelo vereador. Mesmo assim, lembra a secretária-geral parlamentar Karen

Fábio Lazzari/CMSP

PARTICIPAÇÃO • Cidadão pronuncia-se em audiência pública da CCJ

Ricardo Moreno/CMSP

ORIENTAÇÃO
Karen Vieira, secretária-geral parlamentar, em sessão no Plenário 1º de Maio

Vieira, a decisão final é sempre política. "Pode acontecer de a Procuradoria dizer que o PL é inconstitucional, mas o relator ter uma mente um pouco mais aberta e achar por bem considerar legal", afirma.

Como um parecer contrário da Comissão pode matar no ninho os projetos, a CCJ tem a tradição de vetar poucas propostas. O objetivo é dar a oportunidade de tramitarem pelas outras comissões e pelo Plenário, para serem debatidas pelos demais vereadores e pela sociedade, que são os que decidem se, no final, vale a pena aplicar as ideias.

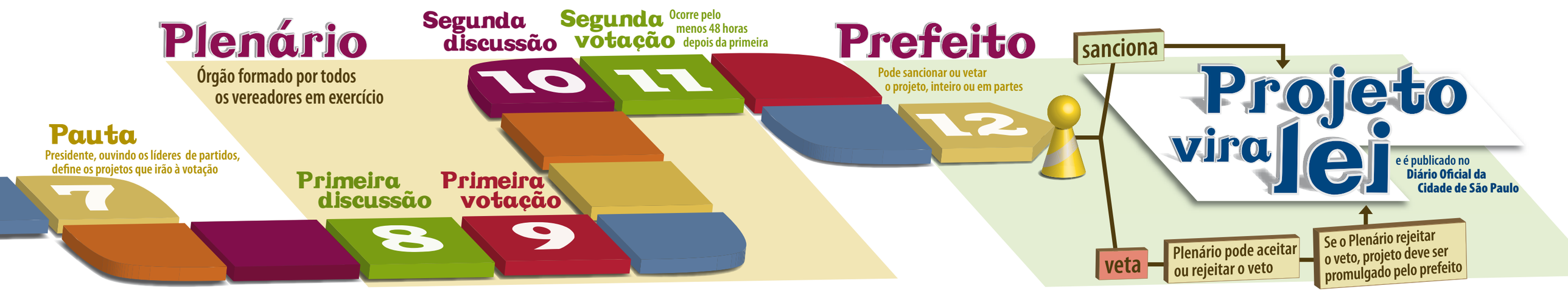
Uma das leis mais conhecidas da Câmara Municipal é a 11.659/1994, do vereador Murillo Antunes Alves, que tornou obrigatório o uso do cinto de segurança nos automóveis. A iniciativa teria sido vetada por uma análise apenas técnica, já que apenas a União pode legislar sobre trânsito. "A rigor, era um projeto inconstitucional. Mas era um assunto que estava tão na agenda da sociedade que passou na Câmara, virou lei, pegou e salvou a vida de milhares de pessoas", lembra o procurador-chefe Baccarin.

OUTRAS COMISSÕES

Vencida a CCJ, o projeto passa a tramitar nas outras seis comissões do processo legislativo (veja na pág. 30). Não em todas, somente naquelas que tenham relação com a temática da proposta. Nessas comissões, os vereadores são assessorados pela Consultoria Técnico Legislativa, que reúne profissionais como arquitetos, administradores, assistentes sociais, engenheiros, economistas, psicólogos e sociólogos. No caso da Comissão de Finanças e Orçamento, a assessoria é feita pelos economistas da Consultoria Técnica de Economia e Orçamento (CTEO).

Para dar conta de projetos que tratam de questões tão diferentes como o papel das ocupações ilegais em áreas de manancial ou as condições de produção do patê de fígado de ganso, os consultores estão sempre estudando. "Como cada consultor entende mais de determinados assuntos, fazemos seminários internos para apresentar os temas uns aos outros", conta Roberto Tadeu Noritomi, supervisor da Equipe de Assessoria e Consultoria da Área Social. Os consultores também sugerem questionamentos ao Executivo, além de identificar entidades e associações que podem se interessar pelo debate.

As análises feitas pelos consultores são sigilosas. A partir delas, cabe ao vereador tomar suas próprias decisões e determinar o conteúdo do relatório que será assinado por ele e publicado. Os consultores dizem que veem essa relação com tranquilidade. "Nossa missão é contribuir para qualificar o processo legislativo, temos o nosso ponto de vista, mas o que fazemos é colocar os prós e contras do projeto", diz o arquiteto Pedro Campones Santos, da Equipe de Assessoria e Consultoria de Urbanismo e Meio Ambiente. "Para mim a relação é clara: o voto é do parlamentar, e é bom que seja assim. É preciso entender que o representante da população é o vereador", afirma a consultora Simone de Melo Lins, supervisora da Equipe de Assessoria e Consultoria de Administração Pública.



A última comissão, pela qual passa a maioria dos projetos, é a de Finanças e Orçamento (segundo o Regimento Interno não é uma obrigatoriedade, mas virou uma prática da Casa). "Analisamos o impacto financeiro dos projetos", explica o economista Adriano Nunes Borges, supervisor da Equipe de Assessoria e Consultoria Econômico-Financeira do Processo Legislativo. Há três projetos que passam apenas pela Comissão de Finanças e por nenhuma outra: o orçamento, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual.

As comissões também fazem audiências públicas, para ouvir o que a população pensa sobre determinados projetos. A Lei Orgânica cita dez casos em que é obrigatório realizar pelo menos duas audiências públicas, entre eles os projetos de Plano Diretor Estratégico (PDE), de orçamento e de Lei de Zoneamento. Nada impede que sejam feitas mais de duas audiências (no caso do PDE, aprovado neste ano, foram 62), nem que sejam convocadas em outros tipos de projetos.

DAS COMISSÕES AO PLENÁRIO

O teste de fogo das propostas é a ida ao Plenário, que o Regimento Interno define como "o órgão deliberativo e soberano da Câmara, constituído pela reunião dos vereadores em exercício". Só podem ir para a votação plenária os projetos instruídos, quer dizer, aqueles que passaram por todas as comissões, desde a CCJ, no começo, à Comissão de Finanças e Orçamento, no final, passando pelas demais que o presidente julgou necessárias.

A tramitação do projeto entre vereadores, consultores e entre uma comissão e outra e o Plenário é conduzida pela Equipe de Secretaria das Comissões do Processo Legislativo, que tem sempre muitas tarefas e prazos curtos. O supervisor André Marcon conta que o trabalho fica ainda mais intenso quando os vereadores resolvem fazer a reunião conjunta das comissões, apelidada de "congresso de comissões".

Nessa reunião, os parlamentares juntam todas as comissões do processo legislativo para analisar vários projetos de uma vez. Assim, o processo de redação e aprovação de pareceres, que pode levar meses, resolve-se em questão de horas. É uma tramitação acelerada, que serve para instruir mais projetos e deixá-los prontos para serem debatidos em Plenário.

O Regimento Interno da Casa prevê que as reuniões conjuntas de comissões ocorram "em caso de urgência justificada". Segundo Karen Vieira, a prática é considerar como urgentes os casos em que projetos não instruídos são incluídos na pauta de votações em Plenário. Nesse caso, a reunião conjunta é o caminho para dar agilidade à pauta. Para o vereador Toninho Vespoli, o recurso deveria ser usado com menos frequência. "O congresso de comissões é usado em muitos projetos, inclusive alguns que mereceriam um debate mais aprofundado. É como as medidas provisórias, do governo federal, que deveriam ser exceção, mas viraram regra", compara.

Depois de passar pelas comissões e pelo Plenário, o PL chega ao prefeito, que tem a missão de sancioná-lo ou vetá-lo (os decretos legislativos, as resoluções e as emendas à Lei Orgânica não precisam de aprovação do Executivo). Se ele veta um projeto, por entender que é inconstitucional ou "contrário ao interesse público", nem tudo está perdido: a Lei Orgânica prevê que a Câmara ainda pode derrubar o veto, numa única votação, se conseguir o consentimento de pelo menos 28 vereadores, dos 55 que compõem a CMSP.

E NO FIM

Vários projetos são barrados em alguma etapa do processo e não conseguem chegar à reta final. Mas não significa que não tenham valido a pena. O procurador Paulo Baccarin, que gosta de citações literárias, usa o verso mais conhecido de Fernando Pessoa para lembrar que "tudo vale a pena, se a alma não é pequena". No caso dos projetos de lei, eles já têm valor apenas pelo debate que provocam. "O projeto de lei serve até para virar lei", diz Baccarin. Como assim? O procurador explica: "Ao criar um projeto e discuti-lo com a sociedade, o parlamentar movimenta a cidade em torno daquela questão. É válido socialmente só por trazer à tona determinados temas. Tudo faz parte do fazer político."

Mozart Gomes/CMSP

MEMÓRIA Projetos de leis armazenados no Arquivo da CMSP

Fábio Lazari/CMSP

TRABALHO Vereadores da CPI dos Estacionamentos, de 2013, durante diligência

Comissões de estudos e investigações

Além das seis comissões permanentes, que participam do processo de aprovar e barrar leis, a Câmara possui cinco comissões extraordinárias permanentes, sem relação com o processo legislativo: as comissões de Direitos Humanos, Cidadania e Relações Internacionais; de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Juventude; do Idoso e de Assistência Social; de Meio Ambiente; e de Segurança Pública. Servem para opinar, debater, receber denúncias e reclamações com relação às pessoas envolvidas em seus temas.

A Câmara também cria comissões temporárias. As mais conhecidas são as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), cujo objetivo é apurar fatos determinados, que podem ser encaminhados ao Ministério Público para promover a responsabilidade civil ou criminal de infratores. Algumas CPIs tiveram importância histórica, como a do Cemitério de Perus, instalada em 1990, que investigou a vala clandestina usada pela ditadura militar para enterrar indigentes e opositores do regime.

As outras comissões temporárias são as de representação, que servem para representar a Câmara em atos externos, e as de estudos, para analisar problemas municipais e que podem dar origem a CPIs. A Câmara também pode criar comissões que não caibam em nenhum dos casos descritos pelo Regimento Interno. É o caso da Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog, instalada em abril de 2012 para apurar as violações de direitos humanos cometidas pela ditadura militar, a qual retomou o trabalho da CPI de Perus e foi além. Esse grupo, ao investigar a história recente, vem ele próprio fazendo história.

OPINE E ACESSE CONTEÚDO EXTRA

E-mail: apartes@camara.sp.gov.br

/RevistaApartes @RevistaApartes

Ricardo Rocha/CMSP

CONTROVERSO
Destino do Elevado Costa e Silva voltou a ser debatido na Câmara

Marcelo Ximenes/CMSP

PRESENÇA
Cidadãos lotam sala da Câmara com cartazes em defesa da derrubada

Minhocão volta à pauta

Cidadãos contribuem para projeto de lei sobre o futuro do Elevado

Gisele Machado | gisele@camara.sp.gov.br

Entre tantas direções para a cidade, o novo Plano Diretor Estratégico (PDE), aprovado neste ano (Lei 16.050/2014), trouxe um aspecto que continua gerando intenso debate: o fechamento gradual do Elevado Costa e Silva, o Minhocão, aos veículos de transporte individuais motorizados. "O PDE tem a perspectiva do uso mais racional do carro, incentivo ao transporte coletivo e criação de áreas verdes e de lazer", disse o vereador Nabil Bonduki (PT), autor do texto final (substitutivo) do Plano Diretor, em audiência pública feita em setembro na Câmara Municipal de São Paulo (CMSP). Segundo ele, no conjunto de diretrizes do Plano, a que trata do Minhocão ganha coerência.

Com objetivos a serem alcançados até 2029, o PDE determina que uma lei específica apontará a data da definitiva desativação do Elevado como via de tráfego. Essa mesma legislação decidirá se o Minhocão deve ser demolido ou transformado (parcial ou integralmente) em parque.

A audiência pública serviu para discutir o Projeto de Lei (PL) 10/2014, que já passou pela Comissão de Constituição e Justiça da CMSP e propõe prazo de quatro anos (após a sanção da Lei) para desativar o tráfego de veículos no Elevado. Segundo a proposta, a via seria mantida, para se transformar no Parque Minhocão. No local, haveria incentivo do Poder Público às atividades culturais, esportivas e de lazer. O PL é assinado pelos vereadores Aurélio Nomura (PSDB), George Hato (PMDB), Goulart (PSD), José Police Neto (PSD), Nabil Bonduki (PT), Natalini (PV), Ricardo Young (PPS) e Toninho Vespoli (PSOL).

"O que ficou claro entre os autores é que o projeto de lei seria um primeiro posicionamento dentro de um processo de debate longo para se construir a melhor proposta", diz Bonduki, que é arquiteto e urbanista. O próprio parlamentar expressou, durante a audiência, que os prazos sugeridos no PL podem estar muito curtos. Na mesma ocasião, o vereador José Police Neto (PSD) preferiu qualificar os prazos como ousados.

POLÊMICA

Se há divergências entre os parlamentares, entre os cidadãos elas ficam cada vez mais evidentes. Durante a audiência na CMSP, Yara de Araújo Góes, diretora do Movimento Des-

Fernanda Carvalho/Fotos Públicas

INTERVENÇÃO
Em 2014, parte do Minhocão ganhou uma piscina, como parte da Bienal de Arquitetura

monte do Minhocão, disse que a existência do Elevado Costa e Silva maltrata os moradores das redondezas com poluição, ruído e estresse desde 1971, quando foi inaugurado.

"O sonho da comunidade é o desmonte; acabaremos com os problemas existentes para aqueles que moram ali – poluição do ar, poluição sonora e também haverá a requalificação do centro e a valorização dos imóveis", prevê Yara. A diretora teme que a implantação de um parque seja muito custosa, continue prejudicando a privacidade dos moradores locais e não seja capaz de contornar a degradação, violência, geração de lixo e violência.

João Batista Lago, do Grupo Veredas, defende a restrição aos veículos e o uso do Minhocão para lazer, mas igualmente teme os custos a serem empregados no parque, além de acreditar que a novidade elitizaria a região. "Achamos que vai virar um lugar 'carésimo' para se viver; o pão de queijo vai custar R$ 15, vai ter comerciante sendo expulso", disse na CMSP.

Wilson Levy Braga da Silva Neto, da Associação Parque Minhocão, afirma ter participado de todas as audiências públicas do PDE, sancionado em julho pelo prefeito Fernando Haddad (PT) após aprovação na CMSP. "Curiosamente, nenhum dos nossos críticos dignou-se a nos interpelar no contexto daquelas audiências públicas. Falávamos sozinhos." Esse protagonismo, na opinião de Neto, contribuiu para que o texto do PDE mencionasse a possibilidade defendida por ele, de transformar o Minhocão em parque.

OCUPADO

Para a Associação, é irreversível que a via seja usada para lazer. "As pessoas já ocuparam, já fizeram dele um parque", diz Neto. Ele afirma já ter coletado 4.500 assinaturas físicas (até setembro) em apoio à sua proposta. Pelo menos 4 mil seriam de moradores do entorno do Elevado.

O secretário municipal do Verde e Meio Ambiente, Wanderley Meira do Nascimento, observou na mesma audiência que sua pasta tem recursos, mas não tem conseguido atingir a qualidade de manutenção ideal dos parques da capital. Felipe Morosini, morador das redondezas e membro da Associação Parque Minhocão, está otimista quanto à existência do parque: "Não consigo imaginar que haverá descaso com um lugar que muitas pessoas passarão a frequentar". Além disso, diz ele, existe o risco de que, com a completa retirada do Minhocão, suas colunas de sustentação sejam substituídas por mais pistas para automóveis.

Para evitar que isso aconteça, a proposta da Associação Amo Sampa, representada por Valmir Santos, é a construção de uma via arborizada, com ciclovia e corredor de ônibus. O gerente de planejamento da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), Vicente Petrocelli, explica que a retirada do Elevado acarretaria um pequeno impacto no trânsito, "perfeitamente possível de ser resolvido com medidas de engenharia", como a pulverização dos veículos por outras vias.

Apesar dos conflitos, há uma concordância entre os cidadãos que opinaram na audiência pública: o desejo de encerrar o tráfego no Minhocão, que liga a Praça Roosevelt, no centro, ao Largo Padre Péricles, na zona oeste. "O que fazer depois disso [fechamento aos automóveis] é o debate que estamos travando agora", disse Nabil Bonduki. O parlamentar adianta ser provável o surgimento de um substitutivo para o PL 10/2014, com a incorporação dos anseios populares.

Marcelo Ximenez/CMSP

DE OLHO
Gabriel gosta de assistir às sessões plenárias na TV Câmara

Eu curto a Câmara

Conheça pessoas que gostam de acompanhar de perto o trabalho dos vereadores – por cidadania e por paixão

Fausto Salvadori Filho | fausto@camara.sp.gov.br

Quem viveu a primeira legislatura da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP), entre 1948 e 1951, conta que acompanhar as discussões entre vereadores era um programa habitual de muitos paulistanos, que enchiam as galerias para presenciar os embates. "A Câmara (daqueles anos) foi um verdadeiro Parlamento. Tanto assim que as galerias viviam lotadas, as pessoas tinham interesse em assistir às sessões", lembra Edson Ravena, funcionário aposentado da CMSP, no livro *São Paulo na tribuna – Primeira legislatura*.

Hoje, os que seguem os trabalhos legislativos costumam ser, na maioria, visitantes ocasionais interessados em votações específicas ou pessoas que cumprem algum dever de profissão (como jornalistas) ou de militância (caso dos membros de ONGs e partidos). Mas ainda existem aqueles que ficam de olho no trabalho parlamentar simplesmente porque curtem.

"Gosto de política desde pequeno", conta o estudante Gabriel Alves Pandini, 14 anos, enquanto assiste a uma sessão plenária transmitida pela TV Câmara, na sua casa em Santana (zona norte da capital paulista). O jornalista Luiz Alberto Pandini, 46, pai de Gabriel, confirma: "Com 4 anos, ele brincava de comentar as pesquisas eleitorais". Diante da tevê, o garoto mostra intimidade com o trabalho dos vereadores. "Essa sessão vai cair por falta

Ricardo Rocha/CMSP

APARTES Zezinho e sua coleção de revistas

de quórum", diz. Segundos depois, o presidente encerra os trabalhos.

Gabriel conta que virou um tira-dúvidas para assuntos políticos entre os colegas de escola. "Perguntaram como ficariam as eleições depois da morte de Eduardo Campos ou o que eu achava do beijo gay na novela". E ele gosta: "É muito bom poder conversar e ser respeitado sobre esses assuntos. A política é o que move o País e não pode ser desvalorizada".

Embora prefira os políticos do Partido dos Trabalhadores (PT), acompanhar as atividades realizadas no Palácio Anchieta (sede da CMSP), tanto pela TV como pela **Apartes**, levou Gabriel a ampliar sua visão da política. Entre os vereadores favoritos, cita tanto os petistas José Américo e Alfredinho como o tucano Floriano Pesaro. "Conhecendo os trabalhos dos vereadores aprendi a respeitar pessoas de outros partidos", explica.

"Acompanhar o que se passa na Câmara me dá uma sensação de pertencimento à cidade", conta o analista judiciário José D'Amico Bauab, o Zezinho, 48 anos e pesquisador do Centro de Memória Eleitoral (Cemel) do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP). Ele é um apaixonado pela CMSP. "O que me fascina é o debate em torno das grandes questões municipais, que influenciam milhões de pessoas", afirma. Zezinho tinha 19 anos quando entrou pela primeira vez no Palácio Anchieta, acompanhando seu pai no lançamento da candidatura de Jânio Quadros a prefeito, em 1985. Hoje, sempre que pode acompanha sessões solenes, audiências públicas e reuniões das comissões que mais interessam. Como bom fã, tem os seus favoritos. Para ele, os melhores oradores que viu na tribuna foram Brasil Vita, Gabriel Ortega e Adriano Diogo. "Todos eram muito sinceros na defesa de suas posições."

Zezinho não descansa nem nos finais de semana: "Aos sábados, vejo na TV Câmara as reprises das sessões plenárias que aconteceram na semana". Ele conta que a paixão virou "objeto de gozação" entre seus amigos. "Eles acham estranho e perguntam se não tenho nada melhor para fazer." Piadas à parte, Zezinho considera muito mais estranho quem não se interessa pelo trabalho dos políticos. "Não acompanhar o Legislativo é isolar-se da cidadania", afirma.

Tanta paixão pelo tema já levou Gabriel e José Bauab a pensarem em trocar as galerias pelo Plenário 1º de Maio. Bauab chegou a cogitar a hipótese, mas deixou de lado: "Já pensei em ser candidato, mas os anos me afastaram da ideia, até por conta do meu ingresso na Justiça Eleitoral, que nos proíbe inclusive a filiação partidária". Já para Gabriel o sonho de ser vereador segue firme. "Vou achar muito legal ver aprovada uma lei que eu criei e que ajude a população", anima-se. E o pai, o que pensa disso? "É uma escolha dele. Se ele se tornar político, que faça direito", responde Luiz. "Mas se fizer algo errado, vai apanhar na frente das câmeras", promete o pai do futuro candidato.

Acompanhe os trabalhos da CMSP

TV Câmara, canais:
- **61.4** (aberto digital), 24 horas;
- **7** (Net digital) e **13** (Net analógico), das 13h às 20h,

ou ***www.tvcamara.sp.gov.br*** (transmissão on-line)

Portal *www.camara.sp.gov.br* (notícias, Web Rádio Câmara e leitura ou cadastro para receber em casa a revista **Apartes**)

Gute Garbelotto/CMSP

AULA • Vereadores jovens de 2014 reunidos no Plenário da Câmara

Estudantes são vereadores por um dia

Divididos em 11 partidos, alunos apresentaram e votaram seus projetos de lei

Gisele Machado | gisele@camara.sp.gov.br

Cinquenta e quatro alunos, do 6º ao 9º anos de escolas públicas ou particulares de São Paulo, foram vereadores por um dia ao participarem da 13ª edição do Parlamento Jovem Municipal da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP). Os cargos são simbólicos, mas a lição de cidadania é bem palpável.

Neste ano, 114 estudantes se candidataram, sendo 80 meninas e 34 meninos. Eles prepararam um projeto individual e cada escola decidiu qual proposta enviaria à Câmara. Uma comissão de vereadores escolheu os projetos que participariam do Parlamento Jovem, observados os critérios de respeito ao formato de um projeto de lei, pertinência em relação ao tema do partido, correção gramatical, concisão e clareza, originalidade e possibilidade de serem colocados em prática.

Divididos em 11 partidos fictícios (Assistência Social; Cultura; Educação; Emprego; Esportes,

VEREADORES JOVENS DE 2014

Ana Carolina Valli Spadini Panfilo
Ana Luiza Cintra Pryzant
Anna Caroline Ferreira
Bárbara Martins Damaceno
Beatriz de Moraes Gonçalves
Beatriz Veigas de Souza Bezerra
Bruna Brunetti Damascena
Caio Gomes da Silva
Camila Vieira Serafim da Silva
Camyla Suruagy Batista Brandão
Carlos Eduardo Stow Chaves
Caroline Nogueira Lopes
Caroline Pimentel Abicalaf
Deise Cristini Levindo de Oliveira
Elisandra de Jesus Ribeiro
Gabriel de Barros Silva Souza
Gabriel de Souza Moura
Gabriel Tatto Marques
Gabriela Bertoline Almeida
Gabriela Mota Costa
Giovanna Sanches Martini
Guilherme Fernandes Nicoleti
Isabella Giannobile dos Santos
Isabelle Cristina Souza
João Victor de Almeida Badan
João Vinícius Batista Amato
Juliana Akemi Donadio Yokoyama
Karine Silva Lopes
Larissa Samblas Queiroz
Larissa Silva Costa
Laura da Penha Santos
Lucas de Castro Pacheco da Cunha
Luciana Vieira Schinzari
Luiz Gustavo Parreira
Luiza Helena Di Carlantonio Queiroga
Marcella Romero de Paula
Marcus Vinicius Pereira Magela
Maria Julia Sacoman Poloni
Mariana de Oliveira Machado
Mikaela Yumi de Oliveira Okada
Nádia Valentina Turato Pereira Bom
Natália Oliveira Prudêncio
Natasha Vitória Rodrigues Santos
Nathalia de Albuquerque Franqlin
Nicole Hernandez Braga
Pedro Henrique Beck Le Bihan
Pietro Abe Seixas
Rodrigo Martins de Souza
Tiago Brussolo Tortella
Valdir dos Santos Neto
Victor Morelatto Ricci
Vitória Bellecerie da Fonseca
Viviane Cristina Santos
Wallace Henrique Santos Silva

Lazer e Recreação; Habitação; Natureza; Trânsito e Transporte; Saúde; Segurança Urbana; e Planejamento Urbano), os jovens parlamentares elegeram uma Mesa Diretora (órgão que dirige dos trabalhos legislativos e os serviços administrativos da Câmara), apresentaram seus projetos, expuseram suas ideias na tribuna, debateram-nas e votaram as propostas apresentadas pelos colegas no Plenário 1º de Maio.

PROPOSTAS

A vereadora de 14 anos Isabella Giannobile dos Santos (Partido Assistência Social), do Colégio La Salle, foi a presidenta da Mesa Diretora. O projeto de lei (PL) de Isabella determina que as escolas municipais de ensino fundamental sejam obrigadas a adotar a Campanha do Agasalho. "As despesas administrativas (computador, impressão, etc.) serão custeadas pela própria Prefeitura, considerando que os valores são mínimos", diz o texto do PL.

Rodrigo Martins de Souza (Partido Trânsito e Transporte), 14 anos, foi eleito segundo vice-presidente da Mesa. Aluno do Liceu Pasteur, seu projeto defende a instalação de bateria nos semáforos para evitar o desligamento em caso de queda de energia. A intenção é reduzir o trânsito, principalmente nos horários de pico. "Fiquei umas tardes na escola e várias pessoas me ajudaram dando ideias, palpites e apontando o que era necessário para melhorar o texto", disse ao portal da Câmara.

Guilherme Fernandes Nicoleti, de 13 anos, havia sido vice-presidente jovem em 2013 e "elegeu-se" vereador também no ano seguinte, pelo Partido Saúde. O projeto apresentado em 2014 quer tornar obrigatório o uso de prontuário eletrônico na rede de saúde municipal. Na justificativa da proposta, Nicoleti afirma que pretende prestar assistência integral aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), "pois todas as informações dos pacientes estarão ao alcance dos diferentes profissionais que o atenderão". Em discurso na tribuna, ele explicou o motivo de ter disputado novamente a "vereança": "Foi uma experiência ímpar, jamais esquecerei".

Mais informações sobre o Parlamento Jovem podem ser obtidas com a Equipe de Eventos da Câmara, pelo e-mail *eventos@camara.sp.gov.br*, pelo telefone (11) 3396-4311, ou no portal *www.camara.sp.gov.br*, na seção Prêmios Institucionais.

Comunicação INTEGRADA
Câmara Municipal de São Paulo

Confira a agenda legislativa, consulte leis e projetos e informe-se sobre o trabalho desenvolvido pelos vereadores.

www.camara.sp.gov.br

Acompanhe as Sessões Plenárias e assista aos debates e votações que transformam a cidade.

Canal 61.4 (aberto digital – 24h)
Canais a cabo 7 (digital) e 13 (analógico) NET, das 13h às 20h.
www.tvcamara.sp.gov.br

Ouça a programação ao vivo ou faça *download* dos boletins diários sobre as atividades parlamentares.

http://webradio.camara.sp.gov.br/

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

A política da cidade passa por aqui.

Canal aberto:
- 61.4 (digital)

Canais a cabo:
- 7 (digital) e
- 13 (NET analógica)

Assista também online em:
www.tvcamara.sp.gov.br

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO